

Fazenda vai propor mensalidades congeladas na média do semestre

BRASÍLIA — As mensalidades escolares serão congeladas pelo valor médio pago neste semestre, se prevalecer a proposta que o Ministério da Fazenda fará segunda-feira ao Ministério da Educação. A Fazenda não concorda com os termos da portaria ministerial do MEC, que estabelece regras para fixação das mensalidades, diante do plano de estabilidade econômica.

Segundo um assessor do Ministro da Fazenda, que está acompanhando a execução do Novo Plano Cruzado e que pediu para não ser identificado, a portaria do MEC, colocando as mensalidades escolares como uma exceção à regra geral do congelamento de preços, "é absurda" e fere os princípios da lei. Algumas escolas já tinham conseguido reajustes das mensalidades para junho, argumentando aumentos de custos futuros. Neste caso, o congelamento dessas mensalidades seria num patamar muito alto, na avaliação do assessor do Ministro, Bresser Pereira.

Entretanto, lembrou o assessor que as escolas que não tiveram autorização para repasse de custos e só cobraram uma parcela adicional, em junho, para reposição de perdas passadas, seriam prejudicadas pelo congelamento.

Considerando a variedade de casos existentes, a comissão criada na Fa-

zenda para acompanhar a execução do plano concluiu que o mais justo seria estabelecer uma regra geral, que viabilizasse o posterior congelamento.

Assim, os membros da comissão concordaram que o mais correto, tecnicamente, seria calcular a média das mensalidades do primeiro semestre, incluindo a parcela adicional que algumas escolas cobraram em junho, para cobertura de despesas passadas. O valor médio ficaria então congelado.

A proposta da Fazenda depende de um entendimento com o MEC numa reunião prevista para segunda-feira.

Em Belo Horizonte, o Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Roberto Dornas, disse ontem que não entendeu a portaria do Ministério da Educação, mas acha que o congelamento é dos preços autorizados em planilha de custos e não do preço "de prateleira", ou seja, da mensalidade que é cobrada atualmente.

Adiantou Dornas que a grande maioria dos donos das 35 mil escolas particulares está preocupada, embora confie nas interpretações dos Conselhos Estaduais de Educação.

A Federação informa que nos Estados de Goiás, Minas, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí e parte do Rio, as escolas particulares estão em situação mais precária.